

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O CAPITALISMO DEPENDENTE É A BARREIRA: a questão da acessibilidade no Ensino Superior brasileiro

Ana Souza Pereira¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a acessibilidade no ensino superior a partir da sua relação com a particularidade histórica do capitalismo dependente. Recupera a contribuição dos autores basilares dos *Disability Studies* (Estudos sobre a Deficiência) para sua formulação e aponta para a indissociabilidade das lutas anticapacitista e anticapitalista.

Palavras-chave: capitalismo dependente; acessibilidade; educação; ensino superior

ABSTRACT

This research aims to analyze accessibility in higher education, from its relationship with the historical particularity of dependent capitalism. It recovers the contribution of the original authors of Disability Studies for its formulation and points to the inseparability of anti-capacity and anti-capitalist struggles.

Keywords: dependent capitalism; accessibility; education; higher education

¹ Assistente Social, atualmente mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (UFF) e estudante do curso técnico em Interpretação e Tradução de Libras (Colégio Pedro II). E-mail: anasp@id.uff.br

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a acessibilidade no Ensino Superior brasileiro. Impossível de ser dissociada da formação social nacional, enquanto país inserido na dinâmica do capitalismo dependente, verifica-se que é justamente essa particularidade que impõe as barreiras que impedem a fruição dos direitos das pessoas com deficiência em acesso, permanência e êxito na universidade.

Esta pesquisa exploratória/explicativa tem início, como qualquer outra, pela revisão bibliográfica acerca do tema, a acessibilidade no ensino superior, e também, em toda literatura que nos oferece os meios para nos aproximar da sua essência. Assim, interessa-nos compreender as relações socialmente produzidas no capitalismo dependente, e como a inserção subordinada do nosso país na divisão internacional imputa características específicas ao trato às pessoas com deficiência, ao ensino superior e justamente onde nos interessa, o ponto em que eles se encontram.

O modo como diferentes conformações sócio-históricas trataram a questão das pessoas com deficiência – adotaremos esta nomenclatura, posto que ressalta a deficiência como uma característica da pessoa, e não à sua redutibilidade, mas apontaremos suas implicações mais tarde – não nos interessa, pois é a constituição do modo de produção capitalista que intrinsecamente condiciona a existência humana à sua função produtiva e a transforma em produto em si mesma, relacionando a aptidão à exploração do trabalho à possibilidade de existir. Além disso, a partir da contribuição dos Estudos sobre a Deficiência, considera-se que a deficiência não é a manifestação específica que cada pessoa experimenta, mas sim a incapacidade capitalista de garantir que as pessoas que não correspondam a determinado padrão tenham autonomia.

Neste sentido, buscamos investigar a particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil e seus rebatimentos na política de educação para compreender

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



a acessibilidade no ensino superior não como um fenômeno isolado, passível de ser operacionalizado, mas como expressão da questão social.

2 CAPITALISMO DEPENDENTE

Marx apreende que, enquanto seres sociais, à medida que exercemos o trabalho – atividade exclusivamente humana que transforma a natureza com um fim pré idealizado para responder às suas necessidades – modificamos não só a natureza, mas a nós mesmos, num movimento dialético em que a própria criação de objetos produz a sua necessidade de uso, seu valor social, e as relações sociais que mediam. Como o ser social é criado a partir do trabalho e as relações sociais se desenvolvem ao mesmo passo em que se desenvolvem as forças produtivas, cada formação social – em tempo e local – produzirá um ser social baseado no modo de produção dominante. Conseqüentemente, com o desenvolvimento simultâneo das relações sociais e das forças produtivas, cada realidade sócio-histórica desenvolve sua economia, modo de produção e reprodução, forma de governo, relações de classes e ideologias etc.

O capitalismo é o modo de produção e reprodução da vida social no qual o capital desempenha um papel central nas mediações. Um modo específico que origina-se na Europa lá pelo século XV a partir da dissolução do feudalismo, um ordenamento sócio-histórico em que a economia era centrada na produção rural e a propriedade privada das terras produtivas gestava uma relação social na qual os grandes proprietários, nomeados senhores feudais, dispunham parte da sua terra aos servos (que desta garantiam sua subsistência) em troca de trabalho.

Inaugura-se então um modo de produção no qual as classes passam a dividir-se entre os que detêm os meios de produção e os que vendem a sua força de trabalho, sob o cariz de uma “existência abstrata, de um lado, de trabalhadores e, de outro, de recursos sociais concentrados” (FONTES, 2010, p.21), mas que do contrário, é impossível dissociar a esfera econômica da social: o fato de existir

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



trabalho assalariado e sua expropriação massiva, a partir da extração de mais-valor, é que constitui a base para que esse modo de produção se realize.

O esforço constante da autora em ressaltar, a partir da obra marxiana, que é tão-somente do mais-valor que se produz capital, é fundamental para entender por que o desenvolvimento desse modo de produção e a forma específica que toma ao se alastrar por todo globo – propiciado por uma acumulação cuja exploração colonial permitiu a concentração, centralização de capital essencial para o imperialismo – sob a égide do capital financeiro, não atribui a este uma vida própria, e que sua reprodução no interior dos países da periferia vai usufruir de uma expropriação violenta dos trabalhadores de seus meios de produção.

Lênin aponta que a exportação de capital repercute no desenvolvimento do capitalismo no interior dos países “importadores”, acelerando-o, impelindo um desenvolvimento desigual que realiza-se “por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria” (idem p. 180). Trotsky complementa essa tese a partir da lei do desenvolvimento combinado. De acordo com ele, ela é uma decorrência da lei da desigualdade dos ritmos, própria da História. Trotsky demonstra, a partir da análise da história da Rússia, que o que ocorre é uma amálgama de formas arcaicas e modernas no processo de desenvolvimento. Isto é, alguns setores da economia recebem de fora todo arcabouço industrial – mas também de ideológico e cultural – para se modernizar sem precisar passar pelos mesmos processos de transformação tecnológica que a indústria daqueles países experienciou no desenvolvimento dos seus meios de produção, podendo desenvolver esses setores aceleradamente. Ao mesmo tempo, outros setores, notadamente ligados ao rural, mantêm-se pouco alterados em suas formas arcaicas.

Voltemos àquela noção da transição ao capitalismo que se dá pela sucessão do feudalismo. Este segundo modo de produção nunca existiu na América Latina. Cueva relembra-nos do fato colonial: a colonização da América Latina está relacionada à acumulação em escala mundial, “um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos pólos do sistema, supõe necessariamente

PROMOÇÃO



APOIO



a desacumulação, também sem precedentes, no outro extremo” (CUEVA, 1983, p.24).

Mais ainda, a constituição do capitalismo na América Latina não se realiza por meio de uma revolução democrático-burguesa, e já nasce e se desenvolve subordinada à fase imperialista do capitalismo. Assim, no processo de transição ao capitalismo,

“o modo de produção capitalista vai subordinando as formas produtivas anteriores e impondo sua legalidade nas formas sociais correspondentes, mas sem deixar de estar, por sua vez, sobredeterminado pelas condições histórico-concretas em que ocorre seu desenvolvimento” (idem, p.81)

Florestan Fernandes (1975) defende que as nações latinoamericanas são produto da “expansão da civilização ocidental”, o que portanto, faz estabelecer padrões de dominação externa as quais ele historiciza em quatro formas, que se relacionam diretamente com as fases do capitalismo. Interessa-nos aqui, o exame da última, qual seja a objetivação de um capitalismo dependente na América Latina, uma particularidade do capitalismo em sua fase monopolista, ainda que, e sobretudo, seja constituído por um traço colonial permanente, que percorre diversos processos históricos no qual o Brasil e a América Latina foram transpassados por padrões distintos de dominação externa. A concepção do traço colonial permanente expressa como o desenvolvimento do capitalismo ocorre no país, marcado pela permanência e revitalização de elementos econômicos, políticos e ideo-culturais característicos do Brasil colônia. Mas alerta, não se trata de um capitalismo “colonial” ou “neocolonial”, a ideia não é negar a modernidade ou o caráter capitalista do empreendimento colonial, mas reconhece que, como a descolonização não foi deliberadamente econômica, social e política, nela não se encontrava as formas necessárias para sua reversão total. O que aqui desenvolveu típico do capitalismo moderno “não só eram conexões do capitalismo mercantilista: eram o seu reverso, que permitiam organizar e expandir a colonização de sentido explorador.” (idem, p.47)

A partir destas elaborações entendemos que apesar do capitalismo ter se generalizado, o desenvolvimento deste em cada país relaciona-se com a sua

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



particularidade. Assim, certo “atraso” do desenvolvimento capitalista nos países da periferia é causa e efeito do próprio modo de produção capitalista. Assim, entendemos que não há espaço no capitalismo imperialista para América Latina superar o descompasso de seu ritmo de desenvolvimento, a única alternativa é a reversão da ordem, quer seja, a revolução socialista.

3 EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO DEPENDENTE E ACESSIBILIDADE

O ideário liberal de organismos internacionais, quando compreende a inserção do país enquanto economia periférica na divisão internacional do trabalho, receita que é necessário para o Brasil investir na política de educação para minimizar a desigualdade social – o fato de existirem países economicamente mais ou menos “desenvolvidos” ou cuja classe trabalhadora tenha mais ou menos direitos é concebido isoladamente. Assim, estabelece uma relação entre educação e questão social, sob a aparência de que o investimento em educação seria suficiente para resolver a desigualdade que é fundante deste modo de produção.

O padrão histórico de dependência (re)produz um padrão dependente de educação. Se em todo país capitalista a educação tende a formar a classe trabalhadora para a conformação na sociabilidade burguesa, em nossa formação social, que historicamente se constituiu pela exploração ilimitada (com o escravismo), por uma complexa relação de trabalho no campo e um limitado desenvolvimento urbano industrial, a tendência é que a educação, pela ótica do capital, desempenhe um papel de formadora para inserção nesse precário e complexo mercado de trabalho, marcado pela exploração e limitação de direitos.

Todavia, a educação é atravessa também pela luta de classes: seja pela ótica do trabalho ou do capital, a educação é um campo de disputa de interesses antagônicos que acabam por delimitar e formular a política educacional. Se numa sociedade mediada pelo capital a educação se apresenta como possibilidade concreta de mobilidade social ainda que dentro da classe trabalhadora, se a classe

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

trabalhadora assiste a cada geração o acesso de um filho à universidade mudar as condições de vida, acessar bens inalcançáveis pela anterior, quando questionamos o projeto de formação, não podemos negar a substancialidade do que representa o acesso à educação pela classe trabalhadora.

Assim, compreendemos que o acesso à educação não é suficiente para sanar as desigualdades inerentes desse modo de produção – e portanto, só possíveis de reverter com a reversão desta ordem – , mas que está na agenda da classe trabalhadora, e especificamente no campo dos direitos das pessoas com deficiência, percebemos como a luta dos trabalhadores, das pessoas com deficiência e seus pares (sobretudo as mães), tem impelido o Estado a reconhecer seus direitos. Isabel Maior ressalta a participação do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil no processo constituinte, no qual “não se permitiu uma cidadania separada para as pessoas com deficiência e sim a inserção dos seus direitos nos diversos capítulos da Constituição de 1988” (MAIOR, 2017, p. 31).

Também esta Constituição reconhece, no seu artigo 205, a educação como direito de todos e dever do Estado, cujo primeiro princípio constitui a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988) e o último, a “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.” (idem). Desta feita, inferimos e reivindicamos que as universidades sejam capazes de garantir o ingresso, permanência e êxito de todas as pessoas, inclusive as pessoas com deficiência.

É sobre isso que trata a acessibilidade: de acordo com a definição da Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, (...) por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2015). Ela é portanto um princípio e direito para se garantir qualquer outro direito humano, inclusive o direito à educação.

Assim, no âmbito do ensino superior, a acessibilidade diz respeito às condições de ingresso, permanência e êxito de pessoas com deficiência nas

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



universidades. Cada uma dessas chaves pressupõe ações específicas: quanto ao ingresso, na infeliz modalidade que ainda impera no país, é necessário desde a aplicação da prova de vestibular o atendimento especializado e também ações afirmativas para garantir o direito ao ingresso; quanto a permanência, é preciso eliminar as barreiras que impedem a fruição dos direitos da pessoa com deficiência, sejam elas arquitetônicas, quanto a transporte, informação e comunicação, atitudinais, tecnológicas etc; e quanto ao êxito, o acompanhamento pedagógico para garantir que os recursos didáticos necessários estejam disponíveis.

Se por um lado o avanço da educação especial na perspectiva inclusiva tem garantido o acesso a pessoas com deficiência na educação básica, ainda não é suficiente o esforço das universidades públicas para efetivar sua acessibilidade. Este fato, revela o histórico da educação no país, desde o princípio caracterizada por sua dimensão dual e classista, determinando que classes ou frações de classe deveriam acessar que nível e qualidade de ensino, Franco e Araújo, a partir da leitura de Kuenzer (2001, p. 47), ressaltam que restava “para os pobres e desvalidos, deficientes e marginalizados, a escola do trabalho e o exercício de funções subalternas no processo produtivo”. FONSECA (1961), quando discorre acerca da educação profissional demonstra como os atualmente chamados Instituto Benjamin Constant (1854) e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1857), voltados para educação de pessoas cegas e surdas respectivamente, enfatizavam o ensino de ofícios para esse grupo sem qualquer pretensão propedêutica.

A data das fundações não esconde: em uma sociedade na qual o escravismo constituía as relações de produção, a educação de pessoas com deficiência não pretendia outra coisa senão formá-las para o trabalho subalternizado. Hoje, tendo os trabalhadores conquistado por lei (Lei 8.213/1991) a reserva de 2 a 5% dos meios de ocupação para pessoas com deficiência nas empresas com mais de 200 trabalhadores, é luta da classe garantir que a ocupação desses postos não seja apenas em funções subalternas.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Fernandes (1989) aponta que não se trata de uma educação para a cidadania, visto que a cidadania não se realiza plenamente sob a sociabilidade do capital, mas de um ponto de partida para uma “educação para o (e no) socialismo” (LEHER, 2016, p. 969). É iminente destacar que docentes e gestores pertencem a classe trabalhadora, o que, mesmo em condições precárias de trabalho, vínculo e rotinas, e sob a pedagogia hegemônica para o capital, abre estratégias para formulação de uma nova pedagogia na prática que direcione a emancipação política das pessoas em formação.

Desta feita, a formação de pessoas com deficiência no ensino superior, não meramente com vistas à inserção no mercado de trabalho, é fundamental para participação efetiva dessas pessoas em todas as relações sociais. E também pela possibilidade de construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva, quando formamos assistentes sociais, arquitetos, professores, médicos, comunicadores, engenheiros e todas as demais profissões, atentos para a dissolução das barreiras – tanto pela formação dessas pessoas com deficiência quanto pelos demais discentes e docentes que também são formados nesse processo.

4 A DEFICIÊNCIA ESTÁ NA BARREIRA, MAS QUAIS BARREIRAS?

A contribuição histórica marxista nos Estudos sobre a Deficiência, na década de 1970, revolucionou a apreensão teórica – e prática, a medida que foi incorporada nas legislações concernentes – acerca das pessoas com deficiência. Até então, predominava uma apreensão exclusiva do campo biomédico, que na prática resultava em medicalização, reabilitação e institucionalização das pessoas com deficiência. O que esses autores ingleses trouxeram de revolucionário foi a diferenciação entre *impairment*, *disabled people*, e *disability*.

Impairment, pode ser traduzido como impedimento (comum nas leis, mas que convencionamos nomear como deficiência, por exemplo: deficiência física, deficiência intelectual etc), e fornece os subsídios para a abordagem própria da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



medicina, pois diz respeito a experiência corporificada da deficiência, o que cada pessoa tem ou pode vir a ter. *Disabled people*, que pode ser traduzido como pessoa deficiente, é a pessoa que experimenta algum ou alguns impedimentos, a qual convencionamos chamar de pessoa com deficiência, pois “pessoa deficiente” associa-se a ideia de insuficiência desse sujeito, uma redução do ser à sua deficiência. Enquanto *disability*, que pode ser traduzido como deficiência, diz respeito à incapacidade do modo de produção capitalista de garantir acesso igual a todas as pessoas.

A menção à nacionalidade desses autores e o aspecto da tradução é necessária porque, culturalmente, não encontramos equivalência em nossa língua para esses termos. Por exemplo, uma conhecida associação da sociedade civil, a AACD, até os anos 2000, era chamada de Associação de Apoio à Criança Defeituosa, e então, após a luta das famílias assistidas, passou a ser chamada como Associação de Apoio à Criança Deficiente. Talvez mais uns anos, incorporando as discussões da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, produzida no âmbito da ONU em 2006 e no Brasil ratificada sob o Decreto nº 6949/2009, a nomenclatura, que ainda é vigente, seria alterada para “Criança com Deficiência”. A leitura de SASSAKI (2002), nos apresenta de maneira didática como a terminologia adequada não é questão de semântica/linguística, mas como “conceitos obsoletos, as idéias equivocadas e as informações inexatas” podem reforçar e perpetuar preconceitos e discriminação – o que entendemos atualmente como uma expressão do capacitismo. Desse modo, mesmo que os autores pioneiros dos Estudos sobre a Deficiência tenham feito críticas a adoção do termo “*people with disability*” – pessoas com deficiência – em língua inglesa porque, por sua concepção materialista histórica, personificava a deficiência que para eles estava na sociabilidade capitalista e não no indivíduo, para nós brasileiros o reconhecimento pelo nome de “pessoas com deficiência” é um marco da luta pelos direitos destas pessoas e deve por isso ser reiterado.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Para nós, traduzir *impairment*, *disabled people*, e *disability*, como deficiência, pessoa com deficiência e deficiência, respectivamente, não desvalida a contribuição daqueles autores. Todavia, percebe-se que no processo em que essas ideias foram difundidas, elas foram desatreladas da sua perspectiva política revolucionária. Ora, quando um Estado, cuja subsunção ao capitalismo dependente tem como uma de suas funções a conservação dessa característica, é impelido a reconhecer os direitos de um grupo de cidadãos, ele não pode publicizar uma concepção que ameace a existência desse modo de produção.

Examinemos o artigo segundo da já citada Lei 13.146/2015:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Percebemos a preservação da ideia de que o obstrui que a pessoa que tem algum impedimento a participação plena e efetiva na sociedade é uma barreira, mas descaracteriza-se que esta barreira é socialmente produzida pelo capitalismo. Quando descaracteriza a sociabilidade do capital, produto da conformação sócio-histórica específica do modo de produção capitalista para uma abstração sob a forma de “sociedade”, parece ser possível que ao retirar uma barreira, seja arquitetônica, comunicacional, entre outras, as pessoas com deficiência possam gozar em igualdade de condições com as demais pessoas.

Nesse sentido, pensando a acessibilidade no ensino superior, é possível que uma universidade adeque seus espaços arquitetônicos para que sejam acessíveis, e que influenciem seus respectivos municípios e estados a adequarem as vias e transportes públicos para que seus alunos e profissionais com deficiência possam ter direito à ir e vir a Universidade; que disponha em todas as atividades e informações fixadas nos espaços de intérprete de Libras ou vídeo em Libras, que disponha de texto em braille e de leitores e tecnologias assistivas que leem textos para cegos que não utilizam o sistema de braille; que se estabeleça uma cultura anti discriminatória em todos ambientes por parte de funcionários e docentes e estimule

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



a empatia nos discentes; e que sejam implementadas em todos os sentidos tecnologias acessíveis.

Ainda assim, as pessoas com deficiência serão interpeladas pelas barreiras arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais e informacionais, atitudinais e tecnológicas, em todos os demais espaços. E mesmo que este seja o imperativo de todos os municípios e Estados, na sociabilidade do capital, as pessoas com deficiência apenas estariam em igualdade de condições de serem exploradas por um sistema que diferencia e discrimina os trabalhadores como condição para existir.

Cabe ressaltar que há uma diversidade de pessoas com deficiência: por exemplo, se para uma pessoa com deficiência física ter ambientes com rampas, calçadas planas e elevadores, a permite circular autonomamente, se a presença de intérpretes de Libras e recursos para leitura de textos para cegos, bem como adequação dos materiais didáticos, permite que surdos, cegos e surdo-cegos acessem a universidade, há outras deficiências para as quais a autonomia não é possível, ou melhor que a dependência (que na nossa realidade é expressa sobretudo pelo cuidado materno) é o direito de existir dessa pessoa – crítica feita por feministas aos pioneiros dos Estudos sobre a Deficiência e que devemos incorporar ao nosso debate.

Assim, a impossibilidade de efetivar uma universidade acessível no capitalismo dependente não é a impossibilidade da sua necessidade de ser, pelo contrário, revela a urgência de um projeto de universidade que seja verdadeiramente universal e a indissociabilidade da luta anticapitalista e anticapacitista, o que vitoriosamente já reconhecemos com as dimensões de gênero e raça.

5 CONCLUSÃO

Concluimos, a partir dos nossos estudos, que a luta por uma universidade acessível, que não limite a participação das pessoas em razão das suas deficiências, é urgente. Para isso, ouvir as pessoas com deficiência acerca das suas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



necessidades bem como suas avaliações às respostas a essas necessidades é fundamental. É dever da Universidade garantir a acessibilidade e fomentar pesquisas nas diferentes áreas de conhecimento que possibilitem a expansão dessas ações de acessibilidade para âmbitos exteriores às universidades.

No entanto, reconhecemos que somos sujeitos históricos de uma sociabilidade determinada social e historicamente, na qual a desigualdade se constitui como elemento estrutural e estruturante deste modo de produção, e portanto, para extinguirmos qualquer desigualdade, precisamos extinguir a origem das desigualdades: o próprio modo de produção.

Uma das ferramentas fundamentais para isso é recuperarmos o protagonismo da perspectiva marxista nos Estudos sobre a Deficiência. Tanto pela luta anticapitalista, reconhecermos as deficiências dos nossos discursos em incorporar a luta das pessoas com deficiência e suas famílias, quanto pela perspectiva da luta anticapacitista, reconhecermos que a efetiva realização dos direitos das pessoas com deficiência é incompatível com uma sociabilidade que essencialmente produz a diferenciação entre as pessoas.

Reiteramos que reconhecer a incompatibilidade do modo de produção capitalista com a universalização da acessibilidade não significa minimizar a luta dos sujeitos pelos direitos das pessoas com deficiência, mas um chamamento à luta coletiva.

PROMOÇÃO



APOIO

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

_____. 2015, **Lei n. 13.146.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. de 6 de julho de 2015.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina.** São Paulo: Global, 1983.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo.** Teoria e história, Brasil, EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2ª. Ed. RJ: Zahar, 1975.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil (Vol. 1).** Rio de Janeiro, RJ: ETN, 1961.

FRANCO, Lara Ribeiro; ARAÚJO, José Carlos. **Políticas Educacionais para o Ensino Médio e suas especificidades em Ituiutaba (1988-2019).** Uberlândia, MG: Editora Navegando, 2021.

LEHER, Roberto. **Luta de classes e mercantilização da educação brasileira.** In: Bellaterra: CEFID-UAB, 2016.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo.** Campinas: Editora Navegando, 2011.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. **Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos.** Inc.Soc., Brasília, DF, v.10 n.2, p.28-36, jan./jun. 2017

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa.** v. 1. A queda do tzarismo. Brasília: Senado Federal, 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano 5, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.

PROMOÇÃO



APOIO